

Senadores desistem de fazer reunião proibida em Recife

Recife — Cães e bombas de gás lacrimogêneo foram utilizados ontem pela polícia para dispersar as 5 mil pessoas, que pretendiam acompanhar o debate em torno da convocação de Assembleia Nacional Constituinte. Os Senadores Marcos Freire e Paulo Brossard, do MDB, e Teotônio Vilela, da Arena, logo que perceberam a movimentação policial para dispersar a concentração afastaram-se num táxi. Cinco pessoas foram detidas.

Os Senadores haviam sido convidados pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco para participarem do debate, num dos salões da escola. Mas, a partir das 20h, soldados da Polícia Militar cercaram o prédio e ocuparam as escadarias, local que os estudantes escolheram para o encontro depois que lhes foi negado o salão.

Passeata

Quando chegaram à Faculdade, os parlamentares explicaram aos estudantes que não seria possível realizar o encontro por causa da proibição e negaram-se a falar diante das escadarias ocupadas por soldados.

Os organizadores do debate, entretanto, não se conformaram e, carregando faixas onde se lia: **Liberdade e Anistia Irrestrita**, e cantando o Hino Nacional, acompanharam os Senadores, em passeata, até o Diretório Central de Estudantes, a 300 metros da Faculdade de Direito.

Anunciado pelos jornais e nas faculdades, o encontro com os três Senadores levou à Praça Adolfo Cirne, onde está a Escola de Direito, cerca de 1 mil 500 estudantes. Um carro da radiopatrulha e 20 soldados foram convocados para impedir a manifestação. Observando o movimento, se encontravam o chefe do gabinete da SSP, Sr Paulo Rogério, o chefe de operações da Polícia Militar, Sr Lamartine Correia, e o diretor-executivo da Polícia Metropolitana, Sr Edvaldo Cruz.

Quando os Senadores chegaram, foram aplaudidos por todos os estudantes que gritavam "liberdade, liberdade", enquanto o Deputado estadual Roberto Freire (MDB) mostrava os policiais ocupando a escadaria da faculdade. O Senador Paulo Brossard aproveitou a ocasião para autografar alguns exemplares do seu livro *É Hora de Mudar*, e explicava: "Não tem sentido falar, em outro lugar, que não seja a Faculdade de Direito. Se é proibido, não vamos falar". O Senador Teotônio Vilela disse: "Se é proibido, não adianta insistir, estou à disposição de vocês, para outra oportunidade".

Apesar da negativa dos Senadores, os estudantes se organizaram e, em passeata, foram até o DCE, na Rua do Hospício, ao mesmo tempo em que um batalhão de choque da RP era chamado para conter os manifestantes. Cantando o Hino Nacional, os estudantes e senadores pararam em frente à sede do DCE. Ali, todos pediram para que os parlamentares entrassem a fim de fazer suas conferências, mas nenhum deles concordou. Pararam um táxi e saíram enquanto o batalhão de choque começava a marchar pela Rua do Hospício. Um dos estudantes pediu que eles ficassem para evitar a repressão, mas o Senador Marcos Freire, o único que ouviu o pedido, também não atendeu, e foi embora.

Logo que o batalhão formou na Rua do Hospício, o trânsito da Avenida Conde da Boa Vista foi desviado e começou a tentativa de dispersar os estudantes e os populares que, diante da movimentação, se concentraram num grande trecho da Avenida Conde da Boa Vista desde a esquina da Rua do Hospício até

a Rua da Aurora. Os estudantes, abrigados no prédio do Diretório Central e na Associação Latino-Americana de Educação, passaram a vaia a polícia e também a gritar "abaixo a repressão". Depois de quase meia hora a polícia jogou a primeira bomba de efeito moral (porque só faz barulho) mas ninguém saiu. Logo depois, jogaram a primeira bomba de gás lacrimogêneo e os estudantes correram pela Rua do Hospício.

O primeiro estudante a ser preso foi Francisco Muniz Neto. Dois agentes do DOPS o carregaram segurando-o pelos braços e cabelos, colocando-o num carro da rádio-patrulha. Em seguida, foram presos o advogado Jorge Carvalho, o engenheiro Paulo César Coelho Tavares, o estudante de História da Universidade Católica, Givaldo Gualberto, e o estudante da UFPE, Eriksson Luna de Moraes. A polícia não informava para onde os presos eram levados. Admitiu-se que foram para o Centro de Informações da Polícia Militar.

Mesmo depois das prisões, a movimentação não diminuiu. O Batalhão de Choque, equipado com coletes à prova de balas, escudos e máscaras contra gases tentaram dispersar os manifestantes. Mais duas bombas de efeito moral foram lançadas e a multidão correu e tornou-se tão logo acabou a fumaça. A partir das 21h foram requisitados os cães pastores da Polícia Militar e 20 minutos depois conseguiram evacuar o DCE, a Associação Latino-Americana de Educação, um trecho da Rua do Hospício e a Avenida Conde da Boa Vista. Somente às 22h o trânsito voltou ao normal e a tropa ao quartel.

O Reitor Paulo Maciel disse que pediu aos Secretários de Segurança, Major Rinaldo Cisneiros, e da Justiça, Sr Sérgio Higino, para que não permitissem a presença da polícia na Faculdade de Direito. Ele tinha se manifestado favoravelmente ao debate dos estudantes, mas o diretor da Faculdade de Direito, Juiz Francisco Rosa e Silva Sobrinho proibiu que a manifestação fosse realizada no salão nobre e fechou a Faculdade desde as 14h.

Os estudantes do Movimento Comunitário (situacionista) culpavam o Governador Moura Cavalcante "por qualquer arbitrariedade que venha a ser cometida contra os universitários que participaram da passeata" e pediram ao Governador para que não repita "esse tipo de invasão nas manifestações estudantis", diz nota divulgada à noite.

O Governador Moura Cavalcante, entretanto, justificou a permanência dos policiais por determinação do Ministério da Justiça, proibindo manifestações públicas. "Nem cheguei a autorizar a presença da polícia nas ruas, ela vai automaticamente em casos dessa natureza", afirmou o Sr Moura Cavalcante.

No Rio o Deputado Fernando Lira (MDB-PE) disse em declaração aos jornais que "num país democrático, não será possível entender que três dos seus senadores mais representativos foram coibidos de exercer o seu mais elementar direito, o direito de falar".

"A proibição da fala do Poder Legislativo — prosseguiu o Deputado — tipifica a ditadura a que nós estamos sujeitos". "A delegação de três juristas componentes da Câmara Alta do país, baseadas num mandato popular, gratuitamente pelo arbítrio de uma delegacia policial, ou de um Secretário de Segurança, é proibida de falar na Faculdade de Direito do Recife, fonte de todos os estudos jurídicos do país, e da qual o Senador Marcos Freire é catedrático concursado, é uma vergonha nacional" — concluiu.